



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/05/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUÍZES.....	1
1.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	2 - 3
2. JORNAL AQUI	
2.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. JUÍZES.....	7
5. JORNAL EXTRA	
5.1. ORÇAMENTO.....	8
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	9
6.2. VARA CRIMINAL.....	10
6.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	11
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. COMARCAS.....	12
7.2. ORÇAMENTO.....	13
7.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	14 - 15
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. COMARCAS.....	16
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. COMARCAS.....	17 - 20
9.2. JUÍZES.....	21
9.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	22
9.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	23

JUIZ SUBSTITUTO DANIEL BLUME: POSSE NO TRE-MA

Nessa sexta (20.05), no gabinete do Presidente do TRE-MA, Des. Lourival Serejo, acontece o ato de posse do advogado, Procurador do Estado e escritor Daniel Blume, que foi reconduzido ao cargo de juiz substituto da categoria de Jurista do Tribunal de Regional Eleitoral do Maranhão / TRE-MA.

Daniel Blume foi reconduzido para mais um biênio nessa função pela Presidência da República; após indicação unânime do Tribunal de Justiça do Maranhão.



*O advogado e Procurador Daniel Blume, que será reconduzido
➤ como juiz substituto do TRE-MA nessa sexta (20.05).*



Governo do Estado recupera construções históricas no Centro de São Luís

Prédios, praças e monumentos históricos no Centro de São Luís estão sendo reformados pelo Governo do Estado. Entre as ações, executadas pela Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), está a revitalização do Convento das Mercês e monumentos localizados ao longo da Avenida Beira Mar.

As obras exigem um cuidado específico na execução, já que devem seguir os critérios técnicos recomendados para a restauração e conservação de construções tombadas, para evitar desgastes e descaracterização. "Estas iniciativas no Centro Histórico de São Luís têm alta carga simbólica, pela revitalização de locais que constituem um conjunto importante para a história de São Luís e, consequentemente, para a história do Maranhão", afirma o secretário de Estado de Infraestrutura, Clayton Noleto.

Entre as intervenções em andamento, o maior volume de serviço é realizado, atualmente, no Convento das Mercês. A obra, iniciada no ano passado, consiste na recuperação estrutural de uma ala inteira, no andar de cima, que estava interditada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) há cinco anos.

Também está sendo feita a recuperação da drenagem no pátio do Convento e serviços de manutenção física da construção histórica. Com um orçamento de R\$ 2.614.504,00, a obra tem conclusão prevista para o fim deste semestre.

O Convento das Mercês começou a ser construído em 1654, em taipa coberta de



Correto próximo à Rampa do Palácio foi revitalizado pelo Governo do Estado

palha. No ano seguinte, foi iniciada a construção de instalações em pedra e cal, quando foi erguida a capela-mor, passando por várias reformas ao longo dos anos. O prédio foi adquirido pelo Governo do Estado em 1905, quando recebeu uma ampla intervenção. Já abrigou o quartel da Polícia Militar Maranhão e do Corpo de Bombeiros Militar. Hoje tem 5.800 m² de área construída e é utilizado para atividades culturais e eventos do Governo do Estado e outras instituições.

Correto, Pedra da Memória e Praça Manuel Beckman.

Outras obras realizadas pela Sinfra no Centro Histórico envolvem a recuperação de áreas situadas ao longo da Avenida Beira-Mar. A revitalização envolve Correto que fica próximo à Rampa do Palácio, o monumento Pedra da Memória e da Praça Manuel Beckman, todas já concluídas.

Datada de 1841, a Pedra da Memória é um obelisco construído em homenagem

à maioridade e à coroação de Dom Pedro II. Além de limpeza e nova pintura, as áreas tiveram o piso e o entorno recuperados. "O corretó está ótimo, o serviço ficou muito bom", elogia o aposentado Guilherme Guimarães. Ele diz que, quando recebe visitante, costuma mostrar o Centro de São Luís e que é muito importante revitalizar o bairro.

O comerciante Raí Barros também está satisfeito com a recuperação do corretó e da Pedra da Memória, que ficam próximos ao bar dele. "Agora, o corretó está muito bonito, espero que tenha um bom uso para receber melhor os turistas que visitam o o Centro Histórico".

Na Praça Dom Pedro II, próximo à Igreja da Sé, o Governo do Estado está concluindo a recuperação do casarão que vai abrigar a sede da Fundação São Luís Convention Bureau. Localizado entre a Associação Comercial (antigo Hotel Central) e o Edifício João Goulart, o casarão tem

uma bela fachada colonial e já está com as obras de reforma em fase final.

Os recursos de aproximadamente R\$ 600 mil foram obtidos pela Fundação, por meio de emenda parlamentar, com contrapartida de 10% do Estado. O casarão tem auditório para 50 lugares, salão de exposição, copa, banheiro e salas e está em um ponto estratégico do Centro Histórico, próximo a Arquidiocese de São Luís, Igreja da Sé e as sedes do Governo do Estado, Prefeitura e Tribunal de Justiça.

Outras intervenções estão previstas para este ano, como a restauração das praças Valdelino Cécio e da Faustina, na Praia Grande. "O Governo Flávio Dino se sente honrado em poder valorizar a nossa história e cultura. É uma maneira de defender aquilo que nos dá identidade, que mostra o nosso passado, nos orgulha muito no presente e projeta o nosso futuro", afirma Clayton Noleto.



BENS DE MARANHÃO BLOQUEADOS

A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, pediu o bloqueio on-line de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de registro de imóveis avisando sobre a decisão. Thiago Maranhão foi nomeado no Tribunal de Contas do Maranhão em outubro de 2013 e recebia salário de

R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio-alimentação. No entanto, atuava como médico em outros estados e fez residência no Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2014. Thiago só foi exonerado do cargo em maio deste ano.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas Martins, acatou parcialmente a ação popular que pedia que o dinheiro fosse devolvido e, também, que fosse feito um recadastramento do quadro de funcionários do TCE-MA.

Ainda de acordo com a decisão, o estado do Maranhão tem

o prazo de 90 dias para realizar o recadastramento de todos os servidores do Tribunal de Contas para verificar se existem ou não outros funcionários 'fantasmas'.

RELEMBRE O CASO

Dois advogados entraram com ação popular na Justiça pedindo o bloqueio dos bens do médico Thiago Maranhão, que recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio-alimentação do Tribunal de Contas do Maranhão.

Ele foi exonerado depois que foi comprovado que es-

taria atuando como médico em São Paulo e fazendo pós-graduação na mesma cidade, enquanto exercia a função no TCE-MA.

O caso está sendo investigado pelo Ministério Público, que estipulou prazo de até dez dias para que o TCE envie as informações sobre a situação jurídica do funcionário.

Thiago Maranhão é filho do deputado federal Waldir Maranhão (PP-MA), que também recebeu salários indevidos, segundo nota da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

Decisão
judicial decreta
bloqueio
dos bens do
médico Thiago
Maranhão, filho
do deputado
federal e
presidente
interino da
Câmara Federal



BALSAS

Comarca promove ações do “Denunciar é Proteger”

A 3ª Vara da Comarca de Balsas realizou na quarta-feira (18), palestra para servidores e magistrados do Fórum e Juizado. O objetivo foi divulgar o projeto “Denunciar é Proteger”, que visa à proteção de crianças e adolescentes contra todas as formas de exploração e violência.

Durante o encontro, a assistente social Ana Sheila Muniz e a psicóloga Mônica Leite, do Núcleo Psicossocial do Fórum, realizaram palestra informativa, exibiram vídeos e distribuíram panfletos com objetivo de mobilizar a sociedade para denunciar os casos de violência e abuso contra menores. Logo em seguida, foi servido um café da manhã.

A juíza titular da 3ª Vara de Balsas, Nirvana Mourão Barroso, ressaltou a importância da sensibilização e informação para a sociedade a respeito desse tema. O objetivo é aumentar o número de denúncias e a consequente responsabilização dos agressores que cometem tais crimes.

DENUNCIAR É PROTEGER - o projeto de combate ao abuso sexual infanto-juvenil é direcionado a professores da rede pública de ensino, e é realizado desde 2014. O projeto conta com o apoio da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão e Corregedoria Geral da Justiça.



Fotos/Divulgação



AMANHÃ, O ADVOGADO, procurador do Estado e escritor Daniel Blume tomará posse como juiz substituto da categoria de Jurista do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Blume foi reconduzido para mais um biênio nessa função pela Presidência da República, após indicação unânime do Tribunal de Justiça do Maranhão. O ato de posse ocorrerá no gabinete do presidente do TRE-MA, Desembargador Lourival Serejo, que também é membro da Academia Maranhense de Letras. Na foto, ele e a esposa Priscilla com este Repórter PH

TJMA referenda atualização de tabela de custas processuais

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) referendou, nesta quarta-feira (18), a Resolução nº 40/2015, que dispõe sobre a atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos para o exercício de 2016. O documento atualiza em 10,97% os valores previstos nas tabelas anexas à Lei Estadual nº. 9.109/ 2009, percentual este que já vem sendo aplicado desde janeiro de 2016.

Custas representam a soma das despesas que resultam da tramitação de um processo. São taxas devidas pela prestação do serviço público de julgamento de uma ação ou recurso. Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, em cartórios de notas e de registro.

A atualização monetária de custas e emolumentos

deve ser realizada até o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. A variação – no período de dezembro de 2014 a novembro de 2015 – foi de 10,97%. Esta atualização não constitui majoração de tributo, havendo a possibilidade de o reajuste ser realizado por meio de ato administrativo.

A resolução referendada em sessão plenária administrativa estabelece o limite geral máximo das custas e emolumentos, previsto na referida lei estadual, em R\$ 9.537,40.

Fica, ainda, acrescido aos emolumentos o percentual de 3%, previsto na Lei Complementar Estadual nº. 130/2009, inclusive sobre o limite geral, previsto no artigo 2º da resolução.

Os olhares de Beto Lima

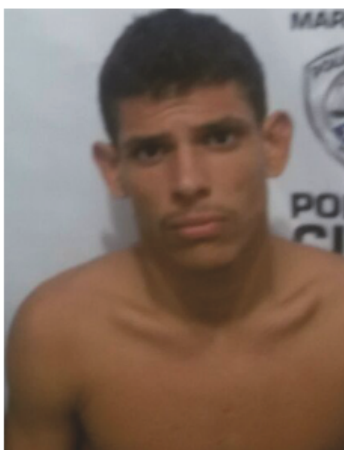
O artista plástico maranhense Beto Lima retorna à galeria de arte do Fórum de São Luís com 16 obras criadas exclusivamente para a exposição. São telas que retratam o olhar do artista sobre diversos temas e locais em que esteve ou morou, a exemplo de Veneza e Roma (Itália) e dos municípios maranhenses de Araiões, sua cidade natal; e São Luís, onde vive desde a adolescência. A exposição fica em cartaz até o dia 30 deste mês e está aberta ao público das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, na Galeria de Artes Celso Antônio de Menezes, localizada no hall do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

DE VOLTA

"Parazinho" é recapturado no Coroadinho

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia Especial de Paço do Lumiar, deu cumprimento ao mandado de prisão preventiva em desfavor a Raimundo Bruno Oliveira Martins, mais conhecido como "Parazinho", de 22 anos, morador do bairro Coroadinho.

O mandado foi expedido pela juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, respondendo pela 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar, pelo fato de Parazinho, juntamente com outros comparsas, ter parti-



Raimundo "Parazinho" foi preso após fugir do hospital

cipação em um assalto ocorrido no ano passado, em uma lanchonete localizada na Estrada de Ribamar, no bairro São José dos Índios, onde foi preso e autuado em flagrante por esse crime.

Parazinho fugiu do hospital após ser submetido a uma cirurgia, vindo meses depois a se envolver novamente no cometimento de crimes, principalmente furto ou roubo. O Raimundo Parazinho já se encontra recolhido ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas à disposição da Justiça.



**Idade do foragido,
que foi recolhido à
Penitenciária**

Filho de Waldir se complica com a Justiça

A Justiça do Maranhão decretou a indisponibilidade de bens do médico Thiago Augusto Azevedo Maranhão, filho do presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, até o limite de R\$ 235 mil. Para isso, o juiz titular da Vara de Interesses Difusos Douglas Martins pediu o bloqueio online de ativos financeiros, bloqueio de veículos devendo constar a restrição de transferência no Detran-MA e expedição de ofício aos cartórios de regis-

tro de imóveis avisando sobre a decisão.

Thiago Maranhão foi nomeado no Tribunal de Contas do Maranhão em outubro de 2013 e recebia salário de R\$ 7,5 mil mais R\$ 800 referentes ao auxílio-alimentação. No entanto, atuava como médico em outros estados e fez residência no Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2014. Thiago só foi exonerado do cargo em maio deste ano.

O juiz titular da Vara de

Interesses Difusos, Douglas Martins, acatou parcialmente a ação popular que pedia que o dinheiro fosse devolvido e, também, que fosse feito um recadastramento do quadro de funcionários do TCE-MA. Ainda de acordo com a decisão, o estado do Maranhão tem o prazo de 90 dias para realizar o recadastramento de todos os servidores do Tribunal de Contas para verificar se existem ou não outros funcionários 'fantasmas'.



Thiago Maranhão recebia pelo TCE-MA sendo residente em SP

Apenados passam a ser controlados pelas digitais em Cururupu



Divulgação/CGJ-MA

Apenados 'assinam' presença eletronicamente em Cururupu

Nesta semana, a comarca de Cururupu – cidade de 32 mil habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localizada no norte do Maranhão –, passou a contar com um sistema de última geração para controlar a frequência de réus que cumprem pena nos regimes aberto e semiaberto e medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo. Desde a segunda-feira (16), os apenados precisam comprovar apresentação por meio da impressão digital.

O sistema 'Convictus' usa a biometria, igual ao que eleitores e condutores em formação já usam para votar ou registrar presença nas aulas de direção, e foi desenvolvido pela Diretoria de Informática do Poder Judiciário do Maranhão. O controle substitui o sistema manual de apresentação de apenados, permitindo ainda um cadastro mais completo dos apenados, com dados como o período de apresentação e previsão de término.

Além de garantir o funcionamento de um

serviço público mais moderno, o juiz titular da comarca de Cururupu, Douglas Lima da Guia, acredita que o sistema dá mais confiabilidade ao monitoramento dos apenados. “Antes, o sistema era manual. Eles assinavam uma folha de papel. Agora, é possível emitir relatórios e evitar possíveis fraudes, já que eles mesmos terão que comparecer, não há possibilidade de enviar alguém no lugar”, disse.

Ao todo, 60 apenados cumprem regimes aberto e semiaberto e medidas alternativas na comarca. Mesmo com poucos dias de uso, o sistema eletrônico já fez o magistrado se deparar com uma nova situação. “Agora, vai ser possível garantir a cidadania desses apenados, já que alguns deles não têm documentos, como a própria identidade ou registro de nascimento. Caso não tenha algum desses documentos, ele já sai encaminhado para que esse direito seja garantido”, conta. Pelo menos 10 dos apenados não possuíam qualquer tipo de registro de identidade.

Apesar de dar maior confiabilidade, o sistema eletrônico não substitui o uso da tornozeleira por apenados com média periculosidade. E àqueles que não cumprirem à risca o calendário de apresentações ou as medidas impostas pela Justiça, resta o endurecimento da pena. “O sistema faz o cruzamento de dados com outros sistemas de segurança pública e, caso algum deles não compareça, eu já emito uma ordem de prisão”, conclui o juiz.

Cururupu é a segunda cidade do interior do Maranhão a receber a biometria para controle dos apenados. A primeira foi São João dos Patos. Incluindo São Luis, agora são três que já contam com o mesmo sistema.

Tribunal referenda atualização de tabela de custas processuais

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) referendou, nesta quarta-feira (18), a Resolução nº 40/2015, que dispõe sobre a atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos para o exercício de 2016. O documento atualiza em 10,97% os valores previstos nas tabelas anexas à Lei Estadual nº. 9.109/2009, percentual este que já vem sendo aplicado desde janeiro de 2016.

Custas representam a soma das despesas que resultam da tramitação de um processo. São taxas devidas pela prestação do serviço público de julgamento de uma ação ou recurso. Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, em cartórios de notas e de registro.

A atualização monetária de custas e emolumentos deve ser realizada até o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. A variação – no período de dezembro de 2014 a novembro de 2015 –

foi de 10,97%. Esta atualização não constitui majoração de tributo, havendo a possibilidade de o reajuste ser realizado por meio de ato administrativo.

A resolução referendada em sessão plenária administrativa estabelece o limite geral máximo das custas e emolumentos, previsto na referida lei estadual, em R\$ 9.537,40.

Fica, ainda, acrescido aos emolumentos o percentual de 3%, previsto na Lei Complementar Estadual nº. 130/2009, inclusive sobre o limite geral, previsto no artigo 2º da resolução.

Juiz decreta indisponibilidade de bens de Thiago Maranhão

O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, decretou, em caráter liminar, a indisponibilidade de bens pertencentes a Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso até o limite de R\$ 235.000,00. A decisão decorre de ação popular movida pelos advogados Pedro Leonel Pinto Carvalho e Aristóteles Duarte Ribeiro.

O juiz Douglas Martins considerou que o recebimento de valores a título de remuneração pelo exercício de cargo público, sem a oferta do serviço, “viola os princípios da legalidade e moralidade, consagrados no artigo 37, caput, da Constituição da República”. Na mesma decisão o magistrado determinou ao TCE que realize o recadastramento de seus servidores.

Os autores da ação sustentam que Thiago Maranhão, que é filho do deputado federal Waldir Maranhão (PP/MA), ocupou, no período de 19/11/2013 a 10/05/2016, o cargo em comissão de assessor de conselheiro do Tribunal de Contas, porém sem exercer suas atribuições, uma vez que nesse mesmo período, trabalhou e fez pós-graduação em São Paulo.

Quanto à determinação de recadastramento dos servidores do TCE, o juiz Douglas Martins entendeu que a notícia da existência de servidor recebendo remuneração sem a contraprestação do serviço levanta suspeitas de que a prática possa ser recorrente. O recadastramento, assim, permitirá ao Tribunal de Contas do Estado “corrigir outras eventuais irregularidades que venham a ser constatadas”. *(Nonato Reis / Núcleo de Comunicação)*

Pai e filho

Juiz de São Luís determinou a indisponibilidade de bens pertencentes a Thiago Augusto Azevedo Maranhão Cardoso até o limite de R\$ 235.000,00, por ter recebido salários como funcionário fantasma do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA). Situação semelhante é a do seu pai, deputado Waldir Maranhão, que teria recebido da UEMA de fevereiro de 2014 a janeiro de 2016, embora sendo deputado. Também terá os bens colocados em indisponibilidade?

Justiça proíbe município de Primeira Cruz de lançar dejetos atrás de Hospital

Em decisão datada dessa terça-feira, 17, o juiz Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim, titular da Comarca de Humberto de Campos, determina ao Município de Primeira Cruz (termo) que se abstenha de lançar dejetos e resíduos de lixo atrás do Hospital da Cidade. A multa diária pelo não cumprimento da decisão é de R\$ 10 mil. Na decisão, o magistrado determina ainda o prazo de 30 (trinta) dias para que o Município remova os dejetos e resíduos de lixo já lançados no local, assim como os posteriormente lançados. A multa diária para o descumprimento dessa determinação é de R\$ 10 mil.

A decisão atende à Ação Popular com pedido de liminar interposta por Cássio Sérgio Barbosa da Silva contra o Município de Primeira Cruz e Sergio Ricar-

do de Albuquerque Bogéa, prefeito municipal.

Na ação, o autor afirma que, apesar do Município "ter recebido verbas públicas destinadas à construção de um aterro sanitário", a obra não teria sido realizada. O autor relata ainda a proliferação de doenças como Zika Vírus e Chiungunya, segundo ele ocasionada pela falta de um local adequado para o acondicionamento do lixo.

Diz o juiz na sentença: a concessão da tutela pleiteada, nesse momento, não é irreversível, pelo contrário, refere-se a medidas fundamentais de saúde pública, as quase dia a dia deverão ser praticadas pela municipalidade e seu gestor público, podendo ainda ser melhoradas, expandidas ou substituídas por outras mais efetivas, discussão essa que será travada nos autos".

Sobe

A 3ª Vara da Comarca de Balsas realizou, ontem (18), palestra para servidores e magistrados do Fórum e Juizado. O objetivo foi divulgar o projeto “Denunciar é Proteger”, que visa à proteção de crianças e adolescentes contra todas as formas de exploração e violência. Durante o encontro, a assistente social Ana Sheila Muniz e a psicóloga Mônica Leite, do Núcleo Psicossocial do Fórum, realizaram palestra informativa, exibiram vídeos e distribuíram panfletos com objetivo de mobilizar a sociedade para denunciar os casos de violência e abuso contra menores.

- Portaria editada pelo juiz Marco André Tavares Teixeira, titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas e respondendo pela Comarca de Alto Parnaíba, suspende o expediente na unidade nesta quinta-feira (19).
- De acordo com o documento, a medida se dá em função de feriado municipal comemorativo do aniversário da cidade e instituído no Decreto 004/2016, do Poder Municipal de Alto Parnaíba.

Primeira Cruz

Justiça proíbe Município de lançar dejetos atrás de hospital

Em decisão datada de terça-feira (17), o juiz Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim, titular da Comarca de Humberto de Campos, determina ao Município de Primeira Cruz (termo) que se abstenha de lançar dejetos e resíduos de lixo atrás do hospital da cidade.

Na decisão, o magistrado determina ainda o prazo de 30 dias para que o Município remova

os dejetos e resíduos de lixo já lançados no local, assim como os posteriormente lançados. A multa diária para o descumprimento da decisão é de R\$ 10 mil. A decisão atende à Ação Popular com pedido de liminar interposta por Cássio Sérgio Barbosa da Silva contra o Município de Primeira Cruz e Sérgio Ricardo de Albuquerque Bogéa, prefeito do município.

Na ação, o autor afirma que, apesar de o Município “ter recebido verbas públicas destinadas à construção de um aterro sanitário”, a obra não teria sido realizada. O autor relata ainda a proliferação de doenças como Zika Vírus e Chikungunya, segundo ele ocasionada pela falta de um local adequado para o acondicionamento do lixo.

Diz o juiz na sentença: “A concessão da tutela pleiteada, nesse momento, não é irreversível, pelo contrário, refere-se a medidas fundamentais de saúde pública, as quais dia a dia deverão ser praticadas pela municipalidade e seu gestor público, podendo ainda ser melhoradas, expandidas ou substituídas por outras mais efetivas, discussão essa que será travada nos autos”.

(Ascom TJMA)

Comarca de Cururupu passa a adotar controle biométrico de detentos

Desde a última segunda-feira (16), a comarca de Cururupu passou a adotar o controle biométrico de presos. A informação é do juiz Douglas Guia, titular da comarca. Desenvolvido pela Diretoria de Informática do Poder Judiciário do Maranhão, o Sistema Convictus controla, por meio da

biometria, a frequência de réus que cumprem pena nos regimes aberto e semiaberto e medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo. A ferramenta substitui o controle manual de apresentação de apenados do regime aberto, livramento condicional, prisão

domiciliar e sursis, e permite cadastrar os dados (nome, pai, mãe, regime, endereço, idade, período de apresentação e previsão de término) e digitais do apenado, registrando a frequência das apresentações. Nas palavras do juiz Douglas Guia, para quem “a concessão de

liberdade provisória condicionada ao comparecimento mensal em Juízo e a decretação em sentença de penas alternativas à prisão atendem de maneira satisfatória às funções sociais a que a pena se destina, o sistema tem se mostrado um verdadeiro aliado na eficácia e confiabilidade dessas medidas”. O magistrado destacou ainda a adequação do sistema “à forma eletrônica de funcionamento do serviço público moderno”.

(Ascom TJMA)

EM DESTAQUE

Nesta última semana São Luís recebeu um dos mais renomados cabeleireiros do país, o hair stylist Sérgio Werner. O profissional veio à capital apresentar uma prévia da nova coleção Outono-Inverno de cortes e coloração de cabelos para a equipe de profissionais do salão de beleza Werner Coiffeur, no Shopping da Ilha, e aproveitou para atualizar o visual das maranhenses. Sérgio, que já possui mais de 20 anos de experiência na área da beleza, é queridinho entre as celebridades e desenvolve uma técnica própria da academia Werner, localizada no Rio de Janeiro.

Foto: Divulgação



O hair stylist Sérgio Werner



Sérgio Werner emoldurado pelas embaixadoras do salão de beleza Werner Coiffeur em São Luís, Giovanna Smith Tavares, Annamélia Ribeiro e Guga Fernandes



Giovanna Smith Tavares, a gerente do salão, Carla Lima, Annamélia Ribeiro, a juíza Gisele Rondon e Guga Fernandes

TJMA decreta ponto facultativo dia 27 de maio

O Tribunal de Justiça do Maranhão decretou ponto facultativo em todos os órgãos do Poder Judiciário no dia 27 de maio (sexta-feira), data que sucede o feriado do Dia de Corpus Christi (26).

Na referida data, o Tribunal de Justiça manterá o plantão judicial de 2º grau, garantindo o atendimento às demandas judiciais urgentes nas esferas cível e criminal. O desembargador Antonio Guerreiro Júnior responderá pelo plantão.

Serão recebidos no plantão pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Aluísio Alves Júnior e Priscila Caroline Guzman, que atenderão pelo telefone (98) 8815-8344.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 25/2016
Processo nº 51781/2015

Objeto: Aquisição de bens permanentes para os diversos setores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; **Abertura:** 02/06/2016, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **Email:** divcontratos@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181. São Luís/MA, 17 de maio de 2016. **André de Sousa Moreno** – Pregoeiro.